

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nº 41 out/dez. 2002

Direito Internacional

Aproximação do direito societário entre os Estados Unidos da União Européia – CELSO DE OLIVEIRA e TEREZA DE ALMADA MENEZES

O VIII Laudo do Tribunal Arbitral *ad hoc* do Mercosul e seus fundamentos – VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

Estudos sobre a posição hierárquica dos decretos legislativos que incorporam tratados – LEONARDO AVELINO DUARTE

Direito Constitucional

Do “Estado liberal” ao “Estado social” – Ocaso do direito privado? – JOÃO ALBERTO SCHÜTZER DEL NERO

Previdência Social e o *déficit* previdenciário: uma questão constitucional – MARIA GARCIA

Aspectos essenciais do federalismo – RAFAEL MUNHOZ DE MELLO

A inaplicabilidade da regra do art. 475, II, do CPC (reexame necessário) à tutela jurisdicional coletiva da criança, do adolescente e da pessoa portadora de deficiência – LAURO LUIZ GOMES RIBEIRO

Responsabilidade civil do Estado legislador. Mito ou realidade? – YONE FREDIANI

Proteção e garantia dos direitos humanos: alguns aspectos da atuação do Ministério Público – LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

Corrupção e financiamento das campanhas eleitorais – MONICA HERMAN S. CAGGIANO

Interpretação constitucional – A quem cabe a tarefa de concretizá-la? – ELÍSIO BASTOS

Justiça eleitoral e improbidade administrativa – ROGÉRIO MEDEIROS GARCIA DE LIMA

Historiografia jurídica e direito constitucional – ARNALDO MORAES GODOY

Legalidade e regulamentos administrativos no direito contemporâneo. Uma análise doutrinária e jurisprudencial – ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO

Estudos e Pareceres

Concessões e permissões do serviço público – CELSO RIBEIRO BASTOS

Natureza legal e regime jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil. Descabimento da fiscalização do Tribunal de Contas por se tratar de corporação que não a Administração Pública direta ou indireta e não conta com recursos públicos – ARNOLDO WALD

Tribunais

STF - Comissão parlamentar de inquérito. Poderes de investigação (CF, art. 58, 3º). Limitações constitucionais. Legitimidade do controle jurisdicional. Possibilidade de a CPI ordenar, por autoridade própria, a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico. Necessidade de fundamentação do ato deliberativo. Deliberação da CPI que, sem fundamentação, ordenou medidas de restrição a direitos. Mandado de segurança deferido – Min. CELSO DE MELLO

STJ – Ação rescisória. Questão controvertida. Texto constitucional. Imunidade parlamentar – Min. RUY ROSADO DE AGUIAR